



Contramuseologia: o museu como dispositivo contra a gentrificação da memória

Bruno Brulon Soares

Museólogo e historiador pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)¹

Professor de Museologia na University of St Andrews, Escócia/Reino Unido

<http://lattes.cnpq.br/9885138624847414>

brunobrulon@gmail.com

Submetido em: dd/mm/aaaa. Aprovado em: dd/mm/aaaa. Publicado em: dd/mm/aaaa.



RESUMO

A partir do caso do Museu das Remoções, um museu de território na periferia urbana do Rio de Janeiro, o artigo analisa a luta contra a gentrificação da memória por meio da musealização. A observação da agência político-cultural dos moradores da Vila Autódromo, na Zona Oeste da cidade, permite conceber a noção do museu como dispositivo de ativismo para, a partir dos fragmentos de uma destruição enraizada no território, fazer do luto um recurso de resistência e de luta contra o poder público. O artigo introduz a noção de contramuseologia para se referir às práticas de ativismo memorial que promovem a apropriação insubordinada dos restos materiais que, no caso da Vila Autódromo, permite à comunidade disputar uma alternativa de cidade e a uma alternativa de museu.

Palavras-chave: Museu das Remoções; memória; gentrificação; musealização; contramuseologia.

¹ Bruno Brulon Soares é professor de Museologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e mestre de conferências na University of St Andrews, na Escócia. Coordena o Grupo de Pesquisa Museologia Experimental e Imagem (MEI), desenvolvendo pesquisas junto a museus de base comunitária e experimental. Entre 2019 e 2022, foi presidente do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM) do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e atualmente é copresidente do Comitê Permanente para a Definição de Museu (ICOM Define).

INTRODUÇÃO

Contramuseologia: o museu como dispositivo contra a gentrificação da memória

Para quem visita hoje o Museu das Remoções, um museu de território na periferia urbana do Rio de Janeiro, a localização da Vila Autódromo, lugar onde um grupo de 20 famílias ainda mantém moradia, pode se dar por meio da sinalização em placas indicando a entrada da comunidade em uma parte reconstruída da Zona Oeste da cidade. Tais placas nem sempre estiveram ali; e mais do que servir para indicar o trajeto à Vila, elas representam para os moradores o marco de sua resistência física no território alterado.

As remoções na Vila Autódromo, ocorridas entre 2014 e 2016 pela prefeitura do Rio de Janeiro, fizeram parte de um projeto de requalificação da cidade motivado pelos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no bojo do qual se colocou em prática uma reforma urbana que teve como um de seus efeitos o apagamento de certas comunidades da paisagem desejada na narração da cidade. Como resultado da luta pelo direito à moradia, e do enfrentamento cotidiano com o poder público, a Vila é transformada de um território habitado por mais de 700 famílias em um espaço em ruínas marcado pela perda dos seus patrimônios mais imediatos – suas casas, os espaços de convivência, a praça onde brincavam as crianças, a padaria, os animais domésticos, a paisagem arborizada, os lugares de encontro e de memória afetiva...

“O poder público, a prefeitura, sempre trabalhou em prol do apagamento da Vila Autódromo”, relata o morador e ativista Luiz Claudio da Silva, ao lembrar de ações insubordinadas que desempenhou nos últimos anos para se reapropriar do espaço onde mora desde os anos 1990. Numa região onde predominam os condomínios fechados para moradias de classe média e alta, todos com suas placas de localização colocadas pela prefeitura, a ausência de qualquer referência à Vila é interpretada como parte de um projeto de eliminação da comunidade. “A gente não tem uma placa ‘Vila Autódromo’” reclamava Luiz mesmo após terem ocorrido as remoções e a prefeitura ter reconhecido a sua permanência no território.

Indignado, em 2017 o morador pagou 70 reais para fazer uma placa com o nome da comunidade em letras vermelhas com o fundo branco. Ele mesmo a fixou com arame na entrada da Vila, na estrutura onde estava outra placa, esta última colocada oficialmente, que indicava a entrada de um grande hotel de uma cadeia internacional construído para receber jornalistas durante o evento olímpico de 2016 (figura 1). Alguns dias depois, a prefeitura retirou a placa improvisada. Em algumas semanas, Luiz produziu outra sinalização, agora mais simples, feita dos escombros das remoções que ele encontrava no território. A prefeitura, novamente, removeu a placa. O morador insistiu, como ato de protesto, fabricando outras placas com o material das remoções: desde telhas de amianto quebradas até pedaços de madeira de porta de armários descartados. Sobre os materiais encontrados, ele escrevia “Vila Autódromo” com tinta *jet*.

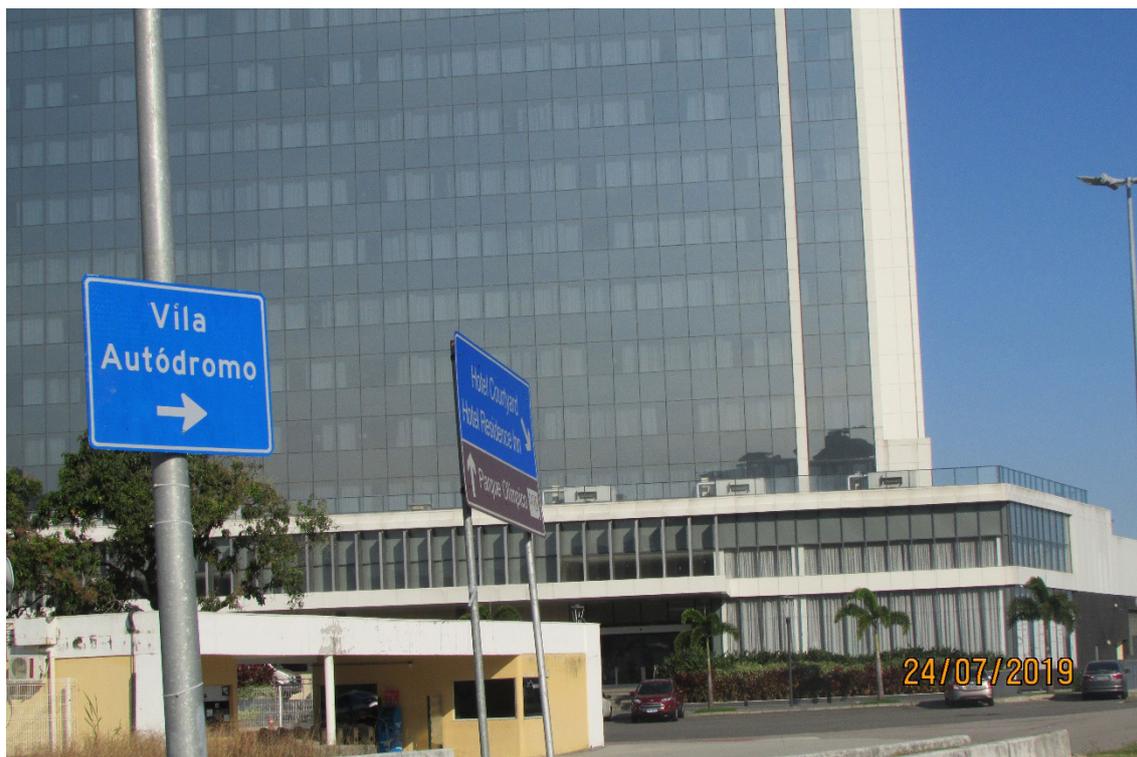
FIGURA 1 – Placa “Vila Autódromo”

Fonte: Luiz Claudio da Silva, 2018. Acervo do Museu das Remoções.

Luiz tinha por hábito fotografar cada uma de suas intervenções frustradas, para depois postar nas redes sociais, denunciando a negligência do Estado ao publicizar o apagamento em curso. Com o tempo, e a crescente urgência de se fazer notar na cartografia da região, Luiz passou a espalhar placas em outras rodovias e retornos que levavam até a Vila. Em frente ao retorno onde está localizado o Rio Centro, um dos maiores centros de convenções da cidade, ele colocou, em 2018, uma placa com o nome “Museu das Remoções”. Em certo momento, as placas serviam para guiar visitantes que iam aos eventos do museu. O poder público continuou a retirar todas as sinalizações logo após serem colocadas.

Diversos ofícios assinados por moradores haviam sido entregues na subprefeitura para que as placas fossem colocadas, sendo por muito tempo ignorados. Finalmente, Luiz venceu por insistência. A prefeitura cedeu às tentativas e, em 2019, colocou três placas “oficiais” indicando a localização da Vila Autódromo: duas na entrada e uma no Rio Centro (figura 2). “Eles esqueceram uma”, indaga ainda o morador, “que é a do retorno lá da [Avenida] Salvador Allende para quem vai para Curicica. Eu vou continuar insistindo até eles botarem outra placa lá” (Brulon; Peixinho, 2021a, n. p.).

FIGURA 2 – Placa “Vila Autódromo” colocada pela prefeitura do Rio de Janeiro, 2019



Fonte: Luiz Claudio da Silva. Acervo do Museu das Remoções.

“Essa é a confirmação de que a Vila Autódromo permanece no território e é reconhecida como parte da cidade. Juntos somos mais fortes!”, escreveram os moradores em uma postagem do Instagram do Museu das Remoções comemorando a vitória coletiva. A presença de placas indicando a existência da Vila em meio à Zona Oeste gentrificada marca uma conquista na luta de um grupo de moradores que resistiram às remoções e hoje persistem em seu ativismo político-cultural para inscrever a Vila Autódromo numa geografia redefinida. Sua luta nos obriga à reflexão sobre o imperativo do progresso e da modernização das cidades atrelado à agenda do mercado neoliberal.

É comum no Rio de Janeiro, o apagamento das favelas na cartografia da cidade por meio da ausência de placas indicando o acesso, o que se mostra uma exceção apenas para os maiores e mais conhecidos complexos, como a favela da Rocinha, em São Conrado, ou a de Cantagalo, em Copacabana. Luiz lembra que mesmo antes das remoções ocorrerem na Vila Autódromo, o sistema já trabalhava para o seu apagamento, nunca tendo existido uma placa de sinalização reconhecendo a presença da comunidade onde mora. Ele aponta que até hoje há comunidades onde vivem centenas de famílias e que ainda não estão inscritas no mapa oficial da cidade. Por outro lado, a Vila, com cerca de 20 famílias que resistiram às remoções, agora possui sinalização, o que não ocorreu quando mais de 700 famílias viviam legalmente no território. Como lembra sua esposa, Maria da Penha Macena, desde

as remoções e o processo de reurbanização colocado em curso, o território passa a ser reconfigurado tendo como marcos as construções voltadas para os Jogos Olímpicos, que acabavam servindo como referências para moradores e visitantes.

Diante do testemunho do apagamento em curso, Luiz, Penha e os demais moradores da Vila fazem do seu próprio testemunho uma arma na disputa de narrativas com o Estado, almejando o controle social da sua própria existência no território. Funcionando como uma importante ferramenta para o ativismo memorial e na luta por visibilidade, o Museu das Remoções nasce como reação insubordinada à ação destrutiva do Estado, a partir da musealização dos restos. Neste artigo, longe de querer esgotar a análise das formas de resistência ativadas pelos moradores desde a criação do museu, destaco as relações estabelecidas com os vestígios materiais das remoções requalificados por meio da contra-musealização politizada do território. Esses restos, reacomodados pelo discurso comunitário (Debary, 2002) e requalificados pela musealização, passam a constituir um substrato fundamental na resistência contra um desaparecimento duplo: o da Vila Autódromo na cartografia do Rio, e o da própria luta contra o desaparecimento.

Partindo de sua concepção tradicional, a musealização pode ser definida como o procedimento prático de “extração” (Mairesse, 2011, p. 256) de um objeto de seu contexto social, logo, pressupondo um ato de cesura, qualificado como uma “separação” ou “suspensão” de um fragmento da realidade ao qual se atribui valor. Jean Davallon (1986, p. 244) define o objeto musealizado como um “objeto real que não está mais no real”, *objeto-removido*, aqui, contrapondo-se à lógica comunitária do *objeto-resto*, ou *objeto-sobrevivente*. Tais definições se baseiam essencialmente em procedimentos de museus ditos “tradicionais”, isto é, que erigem as narrativas hegemônicas, e pautados na ideia de que o conhecimento se produz a partir de objetos destituídos de suas funções originais e suspensos das realidades sociais que os produziram. Este não é o sentido da musealização colocada em prática pelos ativistas e moradores do Museu das Remoções.

As ações que observamos neste texto como parte do ativismo memorial dos moradores da Vila se exprimem por meio da utilização do dispositivo museu para denunciar regimes de valor desiguais e aquilo que Judith Butler define como a distribuição desigual do luto público. Tomando como base o pensamento da autora para compreender o processo de musealização da Vila Autódromo², que se deu de modo contínuo entre 2015 e a momento presente, quando escrevemos este texto, proponho que a representação memorial de certos grupos ou “comunidades” no espaço público determina as vidas que serão humanizadas nos enquadramentos dominantes, isto é, aquelas que podem ser materializadas, reconhecidas como *vidas* no projeto de cidade. Assim, a análise se baseia no argumento proposto por Butler (2019), segundo o qual, a desumanização que leva à violência física ocorre, primeiramente,

2 O presente artigo se baseia nas experiências desenvolvidas no âmbito de projetos de extensão e pesquisa que permitiram, entre 2019 e 2021, o diálogo continuado dos estudantes e professores do curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) com os moradores da Vila Autódromo, alguns deles tendo contribuído diretamente com depoimentos que guiaram a escrita deste texto. Principalmente, sou grato às entrevistas concedidas por Luiz Claudio da Silva e Maria da Penha Macena e à participação dos alunos Alex Venâncio e Lia Peixinho em projetos do Laboratório de Museologia Experimental em colaboração com o Museu das Remoções.

no nível do discurso e é encenada na cultura. Sobre essas vidas que compõem comunidades dignas de serem removidas e cuja remoção não gera um ato público de luto, chamamos a atenção para os mecanismos discursivos – e, notadamente, os museológicos – que produzem a desumanização e autorizam a gentrificação.

O Museu das Remoções surge na contramão de um desaparecimento premeditado que visa eliminar, em um só gesto de violência, o luto e a luta, aniquilando a própria história da gentrificação, visto que a ausência de memória é um pré-requisito para sua repetição num futuro sem passado.

Gentrificar a memória: uma breve história das remoções

A história recente da Zona Oeste do Rio de Janeiro é marcada por projetos sucessivos de intervenções urbanas que são o resultado da “[...] bem-sucedida injeção da geografia nas políticas públicas [...]” (Harvey, 2001, p. 28, tradução nossa)³. A cidade neoliberal se vê redesenhada de acordo com um enquadramento balizado pelo Estado que visa permitir ao mercado agir sobre o território (Bogado, 2020). Essa história, contada pela perspectiva desenvolvimentista do poder público, choca com a memória de moradores que viram as suas narrativas locais serem interrompidas pelo processo conhecido como gentrificação⁴.

Em sua definição sociológica, a gentrificação é um processo de substituição – de valores, memórias e subjetividades – que se exprime concretamente como fenômeno urbano pela remoção física de grupos sociais pertencentes a classes, etnias, raças, sexualidades em conflito com o projeto de cidade imposto pelo poder público e em benefício do capital privado. Logo, *gentrificação* implica a destruição cultural e a ruptura de laços sociais com um dado território, por meio de um trabalho de desapropriação que, como iremos argumentar no presente texto, produz efeitos contrários aqueles criados pela operação simbólica da *musealização*, segundo concebida na Vila Autódromo.

O projeto remocionista que redefiniu a Zona Oeste do Rio de Janeiro data pelo menos do início dos anos 1990. Após sucessivas ameaças de remoções mobilizadas pela crescente especulação imobiliária da região, é na gestão do prefeito Eduardo Paes que a destruição da Vila Autódromo seria viabilizada como uma oportunidade palpável de empreendedorismo urbano. O modelo de administração da cidade adotado se vê fortemente marcado por uma visão de desenvolvimento socioeconômico baseada na racionalidade de mercado e visando a transformação do tecido urbano para as Olimpíadas de 2016. Desde então, as transformações urbanas para a construção do Parque Olímpico estariam necessariamente associadas aos despejos e às remoções de favelas da região (Cf. Bogado, 2017, 2020).

3 Original: “[...] the successful injection of geography into public policy [...]” (Harvey, 2001, p. 28).

4 Em 1964, a socióloga britânica marxista Ruth Glass cunhou o termo “gentrificação” que remetia ao influxo de pessoas da classe-média para cidades e bairros, que obrigava o deslocamento de residentes da classe trabalhadora. O exemplo era Londres e seus distritos ocupados pela classe operária, como Islington. Análises mais recentes irão demonstrar que este processo material implica na substituição da história e da experiência de bairro vivida por seus habitantes anteriores. Cf. (Schulman, 2013).

Tal processo de desapropriação, que se dá na esfera pública, expõe a precariedade de famílias e indivíduos que constituem “comunidades”, aqui não compreendidas como algo dado ou primordial e necessariamente opostas ao Estado, mas no sentido de um grupo social que pressupõe a construção de “acordos” e do estabelecimento de laços com um território – e, logo, que pode ser desfeita quando esses laços são rompidos (Das, 2007, p. 9). Como podem ser entendidas no contexto do Rio de Janeiro, essas comunidades marginalizadas se definem pelo não reconhecimento de sua humanidade, pela privação de direitos básicos e pela distribuição desigual de vulnerabilidades. Em meio à disputa política ao nível municipal, diante da constatação de sua precariedade, isto é, da percepção de que as suas vidas estavam nas mãos de outros, os moradores da Vila Autódromo iniciam um movimento de resistência contra a gentrificação e pela preservação das memórias enraizadas no território, movimento de ativismo que culminou com a criação de um museu.

A comunidade que recebe o nome de Vila Autódromo tem a sua origem no início da década 1960, quando uma colônia de pescadores se estabelece na Península de Itapeba, às margens da Lagoa de Jacarepaguá. A ocupação iniciou-se com a construção de algumas casas e pequenos comércios em torno da Lagoa. No entanto, na década de 1970, quando a Barra da Tijuca apresentava grande impulso de ocupação, seria definido o Plano Piloto, elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa, prevendo a expansão dessa parte da cidade e da Baixada de Jacarepaguá, em função de interesses do setor privado. A partir de então, o bairro receberia grandes investimentos para tornar-se um vetor de expansão do mercado imobiliário, aumentando residências e serviços voltados para as classes média e alta (Cosentino, 2015).

A primeira ameaça de remoção à Vila Autódromo data de 1992, quando a Procuradoria Municipal alegava que a comunidade causava dano estético e ambiental à paisagem (Faulhaber; Azevedo, 2015). Ignorava-se, entretanto, o histórico daquela comunidade em seu engajamento pela preservação do meio ambiente local, em um território arborizado, incluindo uma horta comunitária e com projetos de saneamento básico em curso. Quatro anos depois, a retirada das famílias se justificou devido ao risco da ocupação que supostamente ameaçava as suas vidas. Nos anos 2000, a instalação de equipamentos esportivos para os Jogos Pan-Americanos de 2007 foi o novo argumento utilizado para viabilizar a remoção e a apropriação do território, visando investimentos imobiliários naquela área. A partir de 2009, quando o Rio de Janeiro foi escolhido como a sede das Olimpíadas de 2016, as ameaças de remoções no local se intensificaram e passaram a ser uma realidade para a comunidade que testemunhou a destruição progressiva de seu patrimônio privado.

Entre os anos de 2009 e 2015, mais de 700 famílias foram desabrigadas para que acontecesse a construção do Parque Olímpico na região que abarca o território onde está localizada a Vila Autódromo. No entanto, desde a década de 1990 já se via uma organização por parte dos moradores em prol da luta pelo direito à moradia (Bogado, 2020, p. 135). Como resultado da articulação comunitária, em 2005, a Câmara de Vereadores aprovava a Lei Complementar 74/2005 (Brasil, 2005) que, entre outras coisas, decretava uma parcela da comunidade como Área de Especial Interesse Social, reservada para a moradia popular.

Mais tarde, tal decreto foi fomentador de um passo importante da reivindicação dos direitos à moradia: o Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo⁵, sendo apresentado à Justiça em ação cautelar da Defensoria Pública do Estado, “[...] demonstrando a compatibilidade da construção do Parque Olímpico com a urbanização da comunidade [...]” (Bogado, 2017, p. 255), o que foi desconsiderado pela Prefeitura (Teixeira, 2017), que insistia no imperativo das remoções.

Segundo o testemunho da ativista Sandra Maria Teixeira (2020, p. 231), moradora da Vila e cofundadora do museu, o projeto de urbanização da prefeitura visava atender à especulação imobiliária tendo encontrado nos Jogos Olímpicos “[...] o dispositivo para investimentos milionários e a justificativa para a transferência de imensas terras públicas para o capital privado [...]”. Deste trabalho de destruição do território e dos laços estabelecidos pelos moradores da Vila, o poder público instituiu a violência como prática cotidiana, visando produzir um espaço inabitável e inóspito para a vida humana (**FIGURA 3**).

FIGURA 3 – Remoções. Recado para o prefeito nos escombros



Fonte: Luiz Claudio da Silva. Acervo do Museu das Remoções.

Os efeitos da destruição no território, testemunhados pelos relatos e registros dos ativistas que resistem na Vila, só podem ser denunciados por meio de um contra-discurso que passa a fazer parte de sua resistência ao apagamento em curso. A gentrificação propõe adequar a cidade ao ímpeto do “desenvolvimento urbano” sustentado pelo mercado e justificado com base na ideia de “segurança”. Ela envolve, prioritariamente, um processo de

5 O Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo foi desenvolvido pelos moradores da Vila em conjunto com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). (Bogado, 2017; Teixeira, 2017). Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudodromo.pdf>. Acesso em 30 nov. 2020.

divisão geográfica e patrimonial do espaço urbano. Logo, estabelece uma cesura bio política que define quem tem direito a morar e a lembrar, isto é, quem pode habitar a cidade, e, em última instância, reiterando o corte entre quem irá *se fazer viver e se deixar morrer*⁶.

A gentrificação, no sentido observado no processo inconcluso da remoção da Vila Autódromo, implica no enquadramento de uma cartografia e de uma memória. Ela propõe a criação de mapas imaginários que beneficiam algumas lembranças em detrimento do apagamento de outras. A noção de “enquadramento”, para além da definição dos *Cadres sociaux de la mémoire* (Halbwachs, 2002) como passíveis de arranjos e rearranjos sucessivos de lembranças adquiridas, se refere a modos específicos de inteligibilidade que favorecem o funcionamento do Estado, segundo define Butler (2015, p. 213). Em outras palavras, a gentrificação da memória pretende impor limites e construir fronteiras – discursivas e materiais – visando apagar nesses sujeitos e na sociedade em que estão inseridos a sua capacidade de se narrar, de se colocar em discurso, uma capacidade que deve ser recuperada por meio de uma reconquista política do direito de se contar no tempo e de se reinserir na história.

Assim, a resistência que ganha a forma de um museu de território é resistência da memória da Vila, mas também *contra o desaparecer da memória do desaparecimento* (Didi-Huberman, 2020, p. 38), dando a ver as remoções e o processo de extermínio conformado nas narrativas autorizadas da cidade.

Um museu do luto para fazer a luta

O processo de gentrificação não é novo na configuração do tecido urbano do Rio de Janeiro; na verdade, ele se fez presente ao menos desde a concepção moderna da cidade, na passagem ao século XX. As remoções de bairros inteiros e comunidades desconsiderando os seus laços materiais e afetivos com certos territórios é característica de uma cidade que recebeu, em 2016, o título de “paisagem cultural” pela UNESCO, a partir de uma seleção de suas partes privilegiadas, incluindo o patrimônio natural e construções arquitetônicas modernas (Brulon Soares, 2019). A representação da cidade escolhida para ser transmitida para o mundo é, portanto, um enquadramento específico da sua geografia, enquadramento este contestado por um grupo de ativistas que testemunharam a destruição de suas moradias e decidem, a partir do luto, fazer um museu para a luta.

A história da Vila Autódromo recontada na narrativa do museu tem início em 2014, com as primeiras remoções e os sucessivos atos de resistência organizados pelos moradores que lutavam para permanecer: barricadas, vigílias, placas improvisadas e manifestações transformados em fotos e vídeos que constituíram os primeiros registros para a afirmação do museu (figuras 4 e 5). A mobilização de atores externos e a aproximação com especialistas de universidades contribuiu para o reconhecimento necessário e à visibilidade almejada. Em 3 de junho de 2015, uma remoção emblemática produzia registros do confronto direto

6 Segundo a formulação de Foucault sobre a soberania dos Estados modernos, o autor identifica uma mudança do “fazer morrer e deixar viver” que assegurava o poder do soberano, para uma soberania baseada no poder de “fazer viver e deixar morrer” dos Estados nacionais após o século XIX. Cf. (Foucault, 2019).

entre moradores e a guarda municipal. Neste dia, Maria da Penha Macena teve o seu nariz quebrado e o rosto ensanguentado. O ato de violência produziu imagens que correram o mundo, chamando a atenção para a resistência da Vila.

FIGURA 4 – Barricada



Fonte: Luiz Claudio da Silva. Acervo do Museu das Remoções.

FIGURA 5 – Amordaçados! Sem voz, derrubada da Associação, 2016



Fonte: Luiz Claudio da Silva. Acervo do Museu das Remoções.

Em 24 de fevereiro de 2016, na tentativa de desarticular a luta popular organizada, a prefeitura remove a sede da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPAVA), criada em 1987. Esse espaço, símbolo de união para a comunidade e que permitia, até então, a sua mobilização para a luta por permanência, se tornou um dos marcos do luto entre os moradores que, por sugestão de colaboradores, passaram a se reconhecer

no movimento “a Associação sou eu”, escrevendo o seu nome na fachada das casas que restavam no território (figuras 6 e 7). Esse movimento fez das poucas construções que ainda restavam na Vila suporte para uma agência inédita de resistência contra a ação do Estado. Enquanto resistiam e viam suas casas serem destruídas, os moradores encontram na possibilidade do testemunho um mecanismo eficaz para se contrapor ao discurso oficial sobre a cidade reenquadrada.

FIGURA 6 – Casa da Penha e do Luiz



Fonte: Luiz Claudio da Silva. Acervo do Museu das Remoções.

FIGURA 7 – Casa da Sandra Regina.



Fonte: Luiz Claudio da Silva. Acervo do Museu das Remoções.

Com efeito, a Vila Autódromo não configura uma parte desejável da paisagem a ser vendida como imagem no contexto dos Jogos Olímpicos de 2016. Aqui cabe recuperar a noção de “enquadramento” explorada por Butler (2015) no sentido da representabilidade do humano

que ele permite ou nega. No contexto das cidades, evidenciar um enquadramento pode levar a compreender as forças do Estado para regular o campo visual, processo este com o qual contribuem frequentemente os museus. Em geral, a ação dos museus (ou musealização) é seletiva, pois ela materializa apenas “fragmentos” da realidade vivida. No sentido tradicional, os fragmentos nos museus substituem a realidade “inteira” em sua complexidade social. Nessa perspectiva, a noção provocativa de um “museu integral”⁷ não deixa de representar um contrassenso para as acepções modernas (e disciplinares) da instituição. Tal noção, que prevê a integração dos museus às sociedades, atendendo às necessidades de grupos sociais diversos, esteve na base da ação memorial de museus comunitários em diferentes contextos do mundo, e notadamente no Brasil.

Se, nos museus ditos “clássicos”, a coleta e a aquisição estão relacionadas ao ato de *extração* de objetos de um dado contexto, nos museus de base comunitária, diferentemente, o sentido investido nas coisas é atribuído por meio de sua reinserção no social. Assim, o processo que levou à criação do Museu das Remoções tem início quando os moradores da Vila Autódromo decidem reter os restos num discurso que visa reinserir a matéria no contexto de sua destruição. Tal restauração de sentidos não é apenas uma recuperação da memória, mas uma costura crítica de suas partes fragmentadas.

Contra-pondo-se a esta ação restaurativa dos museus comunitários ativistas, os museus *públicos*, com o seu propósito governamental, e por meio de um poder disciplinar próprio aos Estados modernos, fazem incidir sobre as realidades sociais um “enquadramento” cujo objetivo é o de delimitar o âmbito da representatividade (Butler, 2015, p. 113). A luta por visibilidade, cujos efeitos operam sobre a materialização da cidade, é, portanto, uma luta política e discursiva. Butler observa que um dos sentidos possíveis de “ser enquadrado” significa “ser objeto de uma armação, de uma tática” mediante a qual toda prova pode ser manipulada “[...] de maneira a fazer uma acusação falsa parecer verdadeira [...]” (Butler, 2015, p. 27). Trata-se, nesta acepção, de um tipo particular de manipulação que não retira meramente a voz ou silencia certos sujeitos, mas que desautoriza o discurso, tornando sua voz inaudível.

Ao restringir o que podemos ver, o poder público e a mídia estão limitando os tipos de provas que a sociedade tem à sua disposição para fazer julgamentos, logo, a imagem produzida ou a materialidade preservada já estão enquadradas no discurso da lei e da verdade (Butler, 2015, p. 123). No processo de remoções da Vila Autódromo para dar lugar ao Parque Olímpico e à renovação da Zona Oeste do Rio, a ação da prefeitura deixou os restos de sua destruição: entulhos, dejetos e ruínas foram abandonados no território para inviabilizar a vida na Vila. Diante do luto pela perda do espaço vivido, os moradores encontram na materialidade devastada um suporte fundamental para reconstruir a sua luta.

7 Aqui faço referência à ideia de “museu integral ou integrado” proposta, no bojo de uma agenda de Estados nacionais, no contexto da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, organizada pela UNESCO e pelo ICOM, onde se discutiu “O papel dos museus para a América Latina contemporânea” (Unesco, 1973).

O Museu das Remoções, criado em 18 de maio de 2016⁸, marca a vitória da permanência de vinte famílias no território, ao mesmo tempo, em que busca preservar a memória das remoções de todas as outras famílias que não permaneceram na Vila Autódromo (Teixeira, 2017; Peixinho, 2021). Esse museu é produto de uma articulação plural entre o movimento social local, os colaboradores externos (incluindo especialistas como museólogos, arquitetos, geógrafos, sociólogos, etc.) mobilizados contra as remoções e pelo direito à cidade. Sua luta representou uma tentativa deliberada de desafiar o poder público, tornando visível, nos meios que lhes havia disponíveis (sendo um deles o museu), uma “geografia humana do contato social”, segundo a expressão usada por David Harvey (2001, p. 28), um dos intelectuais que esteve presente na Vila, apoiando a comunidade em sua causa contra as remoções.

Hoje, após cinco anos desde a sua fundação, esse *contramuseu* continua a denunciar, por meio de sua ação insubordinada, a agenda de governo ultraliberal que vem sendo colocada em prática no contexto das cidades brasileiras. Sua narração do passado recente a partir dos vestígios deixados sobre o território tem papel cauteloso para outras comunidades vulneráveis e para a própria Vila Autódromo, que ainda teme novas tentativas de remoções.

Baseando-se na ideia de que a atrocidade das remoções necessita de provas para que o discurso oficial da cidade possa ser confrontado no plano das representações, o Museu das Remoções escapa aos enquadramentos estatais que impõem aos outros museus, principalmente os públicos e nacionais, uma neutralidade em relação à violência e à condição do violável (Butler, 2015, p. 125). Assim, fazendo uso do dispositivo museu para comunicar a sua re-narração (Das, 2007) das ruínas a partir do território, a Vila Autódromo contesta o enquadramento mesmo que define o luto público, isto é, questionando as fronteiras, territoriais e bio políticas, inscritas entre quem pode ser esquecido e quem tem o seu direito assegurado de se fazer lembrado.

Musealizar ou contra-musealizar: refletindo sobre a preservação da destruição

O trabalho de recomposição do espaço em ruínas para a “construção” do Museu das Remoções teve início com uma ação de ativismo memorial baseada nos testemunhos orais de moradores e ex-moradores, que configurou as oficinas de memória organizadas na Vila Autódromo a partir de 2016. Desde então, em diversos momentos da história recente da Vila, os moradores seriam convidados a tomar a palavra para re-narrar as suas vivências do território, colocando em discurso os laços rompidos, bem como o processo de resistência contra as remoções. O projeto de Oficinas de Memória, com o propósito de coletar testemunhos de moradores e ex-moradores sobre a história da Vila Autódromo, foi coordenado pela professora Diana Bogado, como parte de atividades integradas ao Projeto de Extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera. Tendo

8 A ideia de se fazer da luta por moradia um museu partiu do museólogo e ativista Thainã Silva Ferreira de Medeiros, que atuou nas ações de resistência da Vila entre 2014 e 2016.

como objetivo reconectar os moradores com o território devastado, o projeto se baseou no método da história oral e, posteriormente, no uso da imagem fotográfica como uma via de “interrogar as próprias testemunhas”, segundo descreveu Ana Priscila de Carvalho (2019), uma das colaboradoras do museu.

Em cada um desses momentos, ao ser recontada a história das remoções, o movimento por resistência ganhava rostos e nomes, que depois fariam parte do percurso expositivo baseado nos espaços de moradia e na ausência de moradores que seriam lembrados sobre as camadas do território em ruínas. O processo de registro, iniciado no âmbito de uma museologia experimental, inventada pelo próprio grupo, envolve o falar em primeira pessoa. Cada relato dos moradores serve para expor, na esfera comunitária, as vivências individuais e subjetividades marcadas por atos de violação de sua cidadania. Por meio do testemunho, os moradores são levados a reconstituir a Vila Autódromo, reimaginada como um museu de território. Em 2018, um novo ciclo de oficinas tem início, em que moradores e ex-moradores percorrem o território em ruínas para identificar pontos de sociabilidade e memória, visando a sua preservação in loco.

O Percurso traçado rememora o lugar vivido no enquadramento da Vila que ainda guarda suas ausências. Quando Luiz Claudio guia uma visita, ele explica que aquela foi a única parte do território onde foi possível estabelecer a exposição dos restos. O morador aponta para o edifício do hotel e para o alargamento das avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno, que escondem partes importantes da Vila, suprimidas com as obras de 2016:

Então eu explico para as pessoas isso, que ali também caberia pontos importantes, como a casa da Dona Jane, e a casa da Dona Maria da Penha [...]. Que era tudo lá na frente, à beira da Lagoa, onde tudo foi cercado pela especulação imobiliária (Brulon; Peixinho, 2021a, n. p.).

No Percurso Expositivo⁹ inaugurado em setembro de 2018, por meio de uma museografia dos restos (figura 8), as ruínas e os escombros servem de suporte para os testemunhos individuais no espaço devastado reinscrito na geografia da cidade por meio do processo coletivo e cotidiano da musealização. Os índices deixados sobre o território são reinseridos no discurso de quem guia a visita – que nunca é a mesma, dependendo do seu narrador. Partindo da Igreja de São José Operário, a única construção que se manteve intacta após as remoções, percorremos os pontos indicando onde se localizavam antes alguns marcos da Vila, recuperados nas palavras de cada morador: a casa de Zezinho e Inês, a casa de Wilson e Iolanda, o poste da casa da Jaqueline, a antiga Associação de moradores, a Rua Vila Autódromo, a Rua Gilles Villeneuve, a casa de dona Denise, a antiga padaria, as últimas barricadas, o parquinho das crianças. Todos esses espaços em ruínas ou restando apenas o piso servem para manter uma memória ao mesmo tempo, em que trazem à vista a produção do esquecimento pela gentrificação.

9 O percurso é constituído por 24 pontos, demarcados por 21 placas, elas mesmas feitas de materiais retirados dos entulhos deixados sobre o território.

FIGURA 8 – Visita ao Percurso Expositivo do Museu das Remoções, 2018.



Fonte: Acervo do Laboratório de Museologia Experimental (UNIRIO).

O processo de individuação por meio do testemunho permite a percepção de uma cartografia afetiva que emerge como forma de resistir ao apagamento. Este pode ser definido como um ato intencional de resistência e luta contra o esquecimento, que Sarah Schulman (2013) nomeou de “antigentrificação”. O seu sentido é ampliado quando se decide fazer da luta um “museu” para lembrar das remoções a partir do olhar e das vivências de suas vítimas imediatas. A musealização em curso torna-se, então, contra-musealização.

No exercício de narrar os restos a partir da experiência das remoções, os moradores encontram um meio de continuar a viver no território devastado, não no sentido de fazer do luto um perpétuo retorno à Vila de outrora, mas na invenção de um novo modo de vida, que é constante musealização. O museu, então, pode ser entendido como lugar de reabilitação da vida, onde os sobreviventes encontram os meios para reconstruir seu sentido no mundo a partir das ruínas. Estas fazem lembrar da devastação não como algo que ficou no passado, mas como o que persegue o presente numa ameaça constante que gera insegurança sobre o futuro. Então, o que se observa na ação de um museu contra as remoções é o movimento reverso àquele dos procedimentos dos museus “clássicos”: da *expropriação* geralmente envolvida na musealização, os moradores propõem uma *reapropriação*, que passa pelo testemunho, como ato inicial que desencadeia o processo de re-narração da perda.

Contrariando a compreensão do objeto musealizado como um “portador de informação” (objeto-documento), que se inscreve até hoje na missão científica atribuída aos museus (Mairesse, 2011, p. 252), o Museu das Remoções produz objetos-restos, cuja incompletude ou a ausência de informação é ela mesma musealizada como atestado à perda. A matéria que atesta a perda, ao encenar a presença da ausência no território da Vila, chama a atenção para outra dimensão da musealização como ali é concebida: a da restituição da humanidade perdida.

Objetos em re-narração: da biopolítica à biopoética da Vila Autódromo

O trabalho de musealização dos restos no contexto da Vila Autódromo busca fazer do fragmento um importante elemento para a resistência daquilo que se quer apagar do passado em função da pacificação do presente. A existência do Museu das Remoções no contexto do Rio de Janeiro é o reflexo da insurgência de formas experimentais de museologia que definem, para os especialistas, aquilo que se nomeou de “museologia social”, mas que vem desafiando até mesmo as práticas mais recentes de museologias baseadas em outras formas contemporâneas de subordinação ao Estado e à autoridade científica.

Neste sentido, concebemos como *contramuseologia* o conjunto das práticas insubordinadas que operam para a contestação dos regimes de musealidade que produzem os museus, bem como do discurso disciplinar que gera a matéria digna de ser preservada e transmitida. A contra-musealização, portanto, é a ação dessa museologia que atua, ela mesma, para a implosão dos cânones do museu moderno. Ao fazer dos restos objetos de luto reorientados para a luta, o Museu das Remoções não apenas se reapropria do museu como dispositivo político, mas redefine a sua axiologia, pois em vez de celebrar os vivos, ele passa a colocar em discurso aquelas vidas que sequer são consideradas vidas, pois “[...] não se encaixam em nenhum enquadramento dominante do humano [...]” (Butler, 2019, p. 54).

Como descreve Octave Debary (2019, p. 24), os restos são uma objeção ao sentido da perda inerente às coisas e uma resistência ao seu desaparecimento – no sentido de uma conservação insubordinada. Sua requalificação abre possibilidades para a recuperação da história, ou, mais ainda, para a emergência de contra-narrativas que visam contestar o que se deixa saber do passado histórico.

O objeto-resto se define por uma ontologia espacial, como “objeto-dejeto” (Debary, 2019), descartado e abandonado do seu lugar de vida, delimitando o limite mesmo de onde a vida pode produzir matéria. No sentido evocado por Debary, o dejeto está necessariamente deslocado, sem um lugar entre os vivos. Na verdade, ele continua a se distanciar dos lugares de vida, assumindo por vezes a função de decretar, por sua performance, o fim da vida. O dejeto, como fragmento morto, ajuda a delimitar as fronteiras entre os mortos e aqueles que restam. Logo, o dejeto não serve a *não ser para lembrar*. Caracterizado pelo abandono, e pela desapropriação (perdendo o direito de propriedade, e se alienando do social), o dejeto configura por vezes um não-objeto, “[...] deixado consigo mesmo [...]” (Debary, 2019, p. 41, tradução nossa)¹⁰. No entanto, é a partir desse substrato desapropriado que ele pode se tornar objeto de uma (re)apropriação pública no bojo da musealização.

Em nossa análise, buscamos pensar a musealização do fragmento não como um ato de restauração ou de resgate, mas como a reinserção da perda a partir dos vestígios dos seus destroços. Logo, o fragmento pode ser concebido não como a parte de uma totalidade, mas como aquilo que marca justamente a impossibilidade da imaginação do todo, segundo propõe Veena Das (2007). No sentido concebido pela autora, o fragmento faz alusão “a

10 Original: “[...] laissé à lui même [...]” (Debary, 2019, p. 41).

uma forma particular de habitar o mundo, isto é, em um gesto de luto” (p. 5). A partir dos fragmentos, podemos nos perguntar o que significa se reerguer das ruínas para reinventar uma forma de viver num lugar de devastação.

É nessa reinvenção da vida a partir dos restos que a ação museal na Vila Autódromo pode ser vista como biopolítica, mas também *biopoética*, pois, para além de fazer lembrar a perda, ela permite a elaboração de outros modos de se continuar a viver e a criar. O que os restos produzem, pela via do testemunho compartilhado, é a rearticulação de uma forma de transmitir o luto por meio da prática de uma museologia que “possibilita que pessoas e coletividades – ancestrais ou temporárias – se utilizem e refaçam a noção de museu e de patrimônio cultural não para se perpetuar, mas como licença para existir” (Heitor, 2018, p. 103). Tal reapropriação, segundo Gleice Kelly Heitor, indica a extrema dificuldade de alguns agentes e grupos em operar a gramática disciplinar e normativa das políticas patrimoniais (Ibidem). Neste sentido, o contramuseu contesta até mesmo os limites estabelecidos para definir quem pode fazer museu no mundo atual, inserindo novos sujeitos-atores na esfera patrimonial.

Os fragmentos do passado reajustados ao presente são dejetos que adquirem nova vida. Esse “poder de ressurreição” (Debary, 2019, p. 48) depende da capacidade de se reutilizar os materiais restantes e de reinserir o descartado num discurso útil para a vida. Uma capacidade que está na base da produção de lembranças a partir daquilo que fica do passado ou do que escolhemos fazer perdurar no presente.

Por uma contramuseologia dos restos

Este artigo propõe compreender a invenção de uma museologia a partir dos restos, dos dejetos de uma Vila Autódromo destruída pelo poder público. No entanto, ele também almeja ser um manifesto pela contra-musealização. O que propomos é olhar para a ação insubordinada de grupos e coletivos para musealizar a sua vulnerabilidade, as zonas de silêncio, os processos de apagamento e a gentrificação da memória sobre os quais pouco tratam os museus hegemônicos, em sua soberania entronizada.

Partimos da hipótese explorada por Butler, de que o luto é uma condição para a luta, para conceber uma museologia que está a serviço da capacidade de enlutar, pois sem ela, nas palavras da autora, “[...] perdemos aquela noção mais afiada de vida que necessitamos para podermos nos opor à violência [...]” (Butler, 2019, p. 17). Nessa perspectiva, o Museu das Remoções se fez instrumento de uma luta que considera o apelo da precariedade da vida e se propõe a transformar a vida por um gesto coletivo que é ao mesmo tempo, político e poético.

Partimos dos restos do próprio museu, dispositivo para o governo dos vivos, para então compreender a sua reinvenção diante da ameaça do fim da vida num espaço feito para ser inabitável. Mas, diferentemente de outros sítios de memória de acontecimentos trágicos, a Vila Autódromo ainda guarda os seus resistentes. As suas verdades narradas sobre a memória recente das remoções estão mais vivas do que em outros museus de território que não deixaram sobreviventes. No entanto, essas vozes sobre a cidade e a ação

violenta do Estado são constantemente desautorizadas, desacreditadas pela mídia e por governantes, que buscam fazer de sua potência uma fala sem escuta. O museu, entretanto, resiste na contramão da retórica do Estado, produzindo presenças a partir das ausências deixadas pelas remoções e fazendo do ato individual de lembrar a sua ferramenta de luta mais importante contra o esquecer.

Falamos em contramuseologia, pois a musealização da Vila Autódromo não possui precedentes nos movimentos de ruptura que a antecedem na história da disciplina, ou mesmo no discurso da Museologia Social, incorporada às políticas do Estado brasileiro no início deste século. O Museu das Remoções, como percebemos em nossa breve análise de sua história recente, não se pode explicar com modelos prontos. Seus atores, sujeitos de uma história que eles não contam, visam denunciar toda a forma de institucionalizar a sua luta e de apaziguar o seu descontentamento.

Com efeito, no Brasil, a mesma museologia que permitiu a criação sistemática de museus comunitários com o título de “museus sociais” hoje tem que lidar com a crescente insustentabilidade das iniciativas e com a precariedade das formas de trabalho empregadas para a manutenção da musealização. Entretanto, tal marginalidade museal, que reafirma os sujeitos subalternos em seu lugar de subalternidade, provoca a revolta das margens em direção às práticas e políticas de Estado e ao próprio poder público, denunciando as exclusões promovidas em nome da preservação estética de um patrimônio da cidade.

A disputa pelo direito de fazer museu no espaço público, disputa por um direito de existir na cidade, chama a atenção à potência do fragmento para a reimaginação de um sentido de continuidade na comunidade. O que os restos re-narrados da Vila Autódromo trazem à superfície da cidade fragmentada é a possibilidade de fazermos do luto um recurso para a luta. Essa luta envolve os próprios corpos dos enlutados que, ao se afirmarem como “objetos de museu”, evidenciam que os corpos pelos quais lutam em seu direito de existir no território não são, de fato, *seus* corpos, visto que o próprio corpo que se rebela possui a sua função invariavelmente *pública* (Butler, 2019). Ao afirmarem que “memória não se remove”, os moradores resistentes evidenciam aquilo que o Estado, os governantes e a grande mídia se recusam a narrar: que são os seus corpos, aquilo que sobra da Vila Autódromo que já não vive, os restos que se deseja eliminar sem luto.

REFERÊNCIAS

BOGADO, D. Memória Popular: Dispositivo de luta pelo direito à habitação. Os casos da comunidade Vila Autódromo (Rio de Janeiro) e Bairro 6 de Maio (Amadora), **Finisterra**, [s. l.], v. 55, n. 114, p. 127–140, 2021.

BOGADO, D. **O Museu das Remoções da Vila Autódromo. Potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de Sevilha, Espanha, 2017.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BRASIL. **Lei complementar nº 74, de 31 de outubro de 2005**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da constituição federal, e dá outras providências. Rio dos Cedros: Prefeitura, 2005.

BRULON SOARES, B. Museums and the enchantment of places: deconstructing the urban landscape of Rio de Janeiro. In: SMEDS, K.; DAVIS, A. (ed.) **Museums & Place**. Paris: ICOFOM, 2019. p. 107-123.

BRULON, B.; PEIXINHO, L. F. **Entrevista concedida no dia 29 de março de 2021 em modo remoto**, Rio de Janeiro, 2021. Entrevistados: SILVA, L. C.; MACENA, M. P. 2021a.

BRULON, B.; PEIXINHO, L. F. **Entrevista concedida no dia 7 de junho de 2021 em modo remoto**, Rio de Janeiro, 2021. Entrevistados: SILVA, L. C.; MACENA, M. P. 2021b.

CARVALHO, A. P. **Etnografando a produção de ruínas em Vila Autódromo (RJ): visibilidade e política das imagens desde dentro**. 2019. Dissertação (Mestrado Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

COSENTINO, R. **Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico**: A cidade do Capital. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DAS, V. **Life and words**: violence and the descent into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.

DAVALLON, J. (ed.) **Claquemurer, pour ainsi dire, tout l'univers la mise en exposition**. Paris, Expo-Média, 1986.

DEBARY, O. **De la poubelle au musée**: une anthropologie des restes. Grane: Créaphis, 2019.

DEBARY, O. **La fin du Creusot ou L'art d'accommoder les restes**. Paris: CTHS, 2002.

DIDI-HUBERMAN, G. **Imagens apesar de tudo**. Tradução: Vanessa Brito, João Pedro Cachopo. São Paulo: Editora 34, 2020.

FAULHABER, L.; AZEVEDO L. **SMH 2016**: remoções no Rio de Janeiro Olímpico, Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2019.

HALBWACHS, M. **Les Cadres sociaux de la mémoire (1925)**. Québec : Université du Québec, 2002. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/cadres_soc_memoire/cadres_sociaux_memoire.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

HARVEY, D. **Spaces of Capital**: towards a critical geography. New York: Routledge, 2001.

HEITOR, G. K. Museu plebeu: digressões sobre o Museu da Beira da Linha do Coque (Recife-PE-Brasil). *In*: BRULON SOARES, B.; BROWN, K.; NAZOR, O. (ed.) **Defining museums of the 21st century**: plural experiences. Paris: ICOFOM/ICOM, 2018. p. 99-104.

MAIRESSE, F. Muséalisation. *In*: DESVALLÉES, A.; MAIRESSE F. (ed.). **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011. p. 252-269.

PEIXINHO, L. F. **O museu é o uso que dele o fazem**: o Museu das Remoções grita o indizível. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SCHULMAN, S. **The gentrification of the mind**: witness to a lost imagination. Berkeley: University of California Press, 2013.

TEIXEIRA, S. M. Museu das Remoções: moradia e memória. *In*: BRULON SOARES, B. (ed.). **Descolonizando a Museologia**. Paris: ICOFOM/ICOM, 2020. v. 1, p. 26-238.

TEIXEIRA, S. M. Resistência, pelo direito, história e memória. *In*: CALABRE, L.; CABRAL, E. D. T.; SIQUEIRA, M.; FONSECA, V. (org.). **Memória das olimpíadas no Brasil**: diálogos e olhares. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. p. 147-164.

UNESCO. **The role of museums in today's Latin America**. Museum International, v. XXV, n. 3, 1973.